

Clipping n° 786

, 04 Maio 2011 - 11:38:54

Dilma aceita discutir fim do fator previdenciário

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse ontem que o governo deve aceitar a substituição do fator previdenciário (índice que reduz o benefício de quem se aposenta mais cedo) pela fórmula 85/95, que dá a aposentadoria integral para quem completar, na soma do tempo de contribuição com a idade, 85 (para mulheres) ou 95 (para homens).

"Há grande possibilidade de o governo apoiar uma fórmula como a 85/95", disse Carvalho ontem, durante a festa do 1º de Maio da Força Sindical com outras quatro centrais. "Sei que ela [presidente Dilma Rousseff] tem simpatia pelo assunto, e nós poderemos chegar a um acordo."

Hoje, um segurado homem com o tempo mínimo de serviço (35 anos) consegue a aposentadoria integral com mais de 64 anos de idade. Com o novo fator, ele poderá ter o benefício integral aos 60 anos de idade. Fonte: Agora SP

Prol aposta em Programa de Capacitação de Líderes

Com o objetivo de investir em seus colaboradores, a Prol Editora Gráfica criou o Programa de Capacitação de Líderes, denominado Academia de Líderes, foi criado para desenvolver as competências dos líderes da Prol e promover um melhor ambiente de trabalho. Aspectos como liderança e gestão de pessoas; o relacionamento interpessoal; trabalho em equipe e motivação; comunicação e assertividade; inteligência emocional, dentre outros temas essenciais para estabelecer e potencializar as relações entre os colaboradores, serão trabalhados no programa. Nos dias 6 e 7 de maio, os participantes do programa irão se reunir no Hotel Blue Tree em São Paulo, para a apresentação dos trabalhos finais elaborados por eles durante a Academia de Líderes.

Fonte: Abigraf

Eudora inicia atuação no mercado com embalagens produzidas pela Antilhas

Fornecedora de embalagens da rede O Boticário há mais de 15 anos, a Antilhas foi escolhida também para desenvolver o primeiro projeto estrutural de embalagens da marca Eudora, o negócio mais recente do Grupo Boticário, que nasceu multicanal com foco em venda direta. Entre os grandes desafios para os profissionais da Antilhas estavam manter a confidencialidade do negócio e elaborar um projeto com informações reduzidas, inclusive sobre modelo de venda e os produtos que seriam comercializados. Além disso, atender a empresa em termos de custos, mas manter um alto padrão de qualidade. Todas as sacolas foram impressas frente e verso no sistema de flexografia, receberam acabamento em verniz UV localizado e alças de papel torcido preto. As caixas de presente foram impressas em offset com aplicação de verniz UV a registro. A Antilhas também forneceu os itens complementares às embalagens de presente, como por exemplo, tag presenteável e papel de seda. Fonte: Abigraf

TST lança campanha contra acidentes de trabalho e diz que dados são desatualizados

Brasília - O Tribunal Superior do Trabalho (TST) lança hoje (3) um programa para prevenir acidentes de trabalho no país. Para

o presidente do TST, João Oreste Dalazen, as estatísticas atuais são inconsistentes e desatualizadas e não há real engajamento do governo para neutralizar os acidentes, que vêm aumentando desde 2001.

Dalazen também considerou escandaloso o fato de o Brasil não enviar dados sobre acidentes de trabalho à Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde 2000. A informação não foi confirmada pelo escritório da OIT no Brasil, que afirmou que o governo não tem obrigação de enviar as informações e que o site oficial da instituição pode estar desatualizado.

Segundo o presidente do TST, o programa de prevenção de acidentes será divulgado amplamente na mídia. O primeiro objetivo é conscientizar a população sobre a gravidade do problema, afirmou. Dados mais recentes da Previdência Social mostram que em 2009 foram registrados 723,5 mil acidentes de trabalho no Brasil, sendo que quase 2,5 mil terminaram em mortes, uma média de quase sete mortes por dia. As estatísticas não incluem dados do funcionalismo público e de trabalhadores informais. Os gastos do governo com auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadorias por invalidez chegam a R\$ 10,7 bilhões por ano.

Um das metas do programa lançado pelo TST é levantar quantas ações na Justiça são relativas a acidentes de trabalho.

Faremos a recomendação para que os juízes deem preferência a todos os processos envolvendo acidente de trabalho, afirmou. O tribunal também convocará os juízes trabalhistas a dar palestras sobre prevenção para empresários e trabalhadores.

Para o presidente do TST, as condições de segurança em obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da Copa do Mundo e das Olimpíadas devem ser observadas com atenção, uma vez que elas aumentam a chance da ocorrência de acidentes. Ele lembrou a situação do canteiro de obras da Hidrelétrica Jirau, em Rondônia, onde recentemente ocorreram revoltas e paralisação devido às condições de trabalho ruins.

Hoje à tarde, o TST assinará um protocolo de cooperação com as pastas do Executivo envolvidas com a questão, além da Advocacia-Geral da União (AGU). Será formada uma comissão interinstitucional para elaborar políticas públicas para prevenir acidentes laborais. Fonte: Agência Brasil

Brasil tem 16,2 milhões de pessoas em extrema pobreza, diz IBGE

Cerca de 16,2 milhões de brasileiros são extremamente pobres, o equivalente a 8,5% da população. A identificação de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza foi feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pedido do governo federal, para orientar o programa "Brasil sem Miséria", que deverá ser lançado nas próximas semanas pela presidente Dilma Rousseff.

O objetivo do programa será garantir transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva para resgatar brasileiros da miséria.

"Essa taxa [de 8,5% dos brasileiros em situação de miséria] indica que não estamos falando de uma taxa residual. A taxa de extrema pobreza atinge quase um brasileiro a cada dez", afirmou o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, que participou da divulgação dos números, ao lado da ministra de Desenvolvimento e Combate à Fome, Tereza Campello.

A estimativa do IBGE foi feita a partir da linha de extrema pobreza definida pelo governo federal. Também anunciada nesta terça, a linha estipula como extremamente pobre as famílias cuja renda per capita seja de até R\$ 70.

Esse parâmetro será usado para a elaboração das políticas sociais. De acordo com a ministra Tereza Campello, o valor definido é semelhante ao estipulado pelas Nações Unidas.

Para levantar o número de brasileiros em extrema pobreza, o IBGE levou em consideração, além do rendimento, outras condições como a existência de banheiros nas casas, acesso à rede de esgoto e água e também energia elétrica. O IBGE também avaliou se os integrantes da família são analfabetos ou idosos.

Dos 16,2 milhões em extrema pobreza, 4,8 milhões não têm nenhuma renda e 11,4 milhões têm rendimento per capita de

R\$036; 1 a R\$036; 70.

De acordo com os dados, a miséria se concentra na zona rural. Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, entre as pessoas em situação de pobreza extrema elas representam quase metade - 46,7%, ou 7,59 milhões de um total de 16,27 milhões. Dos 29,83 milhões de brasileiros que moram no campo, um em cada quatro é extremamente pobre.

A grande maioria dos brasileiros em situação de miséria é parda ou negra, tanto na área rural quanto na área urbana. "Na área urbana, quanto maior é a renda da população maior é o contingente de população branca. Quanto menor a renda, maior a população parda e negra. O mesmo acontece na área rural, quanto menor a faixa de renda, maior a proporção de cor negra ou parda", disse o presidente do IBGE.

O levantamento mostra ainda que, apesar de avanços recentes conquistados graças ao Bolsa Família, a região Nordeste ainda é a que mais sofre com a miséria. Das 16,27 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema no Brasil, mais da metade - 9,61 milhões - reside nos Estados do Nordeste.

De acordo com Campello, os dados obtidos em parceria com o IBGE e com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) serão importantes para definir os detalhes do programa Brasil sem Miséria.

"Essas informações são fundamentais para que governo possa terminar o detalhamento para o plano que a gente vem construindo e pretendemos anunciar nas próximas semanas", disse.

Entre os eixos do programa Brasil sem Miséria estão as ações de transferência de renda, garantia de acesso a serviços públicos, como educação e saúde e inclusão produtiva, ou seja, dar meios para que as pessoas em situação de pobreza consigam ter acesso a empregos e meios próprios de subsistência.

"A ideia é de que estamos fazendo um esforço extraordinário do governo federal, dos governos estaduais e dos municípios para erradicar a extrema pobreza. Não estamos falando de um plano que continuará, mas de uma forma tarefa [para erradicar a pobreza em quatro anos]. O plano acaba em quatro anos", disse a ministra.

Ela explicou que os programas sociais que beneficiam famílias pobres mas com renda superior a R\$036; 70 continuarão, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida.

"Continuaremos com as ações de transferência de renda e as ações de saúde e educação na faixa dos R\$036; 70 a R\$036; 140. Mas quando você vê o grau de fragilidade para os que vivem abaixo dessa faixa, justifica que a gente tenha um olhar especial", disse, explicando a escolha de dedicar próximo programa do governo aos brasileiros que ganham menos de R\$036; 70. (Fonte: Portal Vermelho, com agências)

580 mil benefícios do INSS terão nova perícia

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) vai convocar os 580 mil segurados que garantiram, na Justiça, o direito a receber um benefício por incapacidade, como o auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez.

Segundo o presidente do INSS, Mauro Hauschild, a convocação será feita por carta e deverá começar ainda neste mês ou no início de junho. Do total de segurados que estão na mira do INSS e passarão por nova perícia, cerca de 300 mil recebem auxílio-doença.

As informações foram dadas pelo presidente do INSS durante seminário do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que aponta o INSS como o principal "cliente" da Justiça. Fonte: Agora SP

Jorge Caetano Fermino